UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO - ICHI
CURSO DE BACHAREL EM BIBLIOTECONOMIA

Juliane Borges
Guilherme Arrieche

O *SOFTWARE* SOPHIA PARA UMA BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

Rio Grande, 2024

Juliane Borges
Guilherme Arrieche

O *SOFTWARE* SOPHIA PARA UMA BIBLIOTECA ESPECIALIZADA

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para aprovação na disciplina de Análise de Softwares para Unidades e Serviços de Informação, do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.
Orientador: Profª. Dra. Maria Helena Machado de Moraes

Rio Grande
2024

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 — Requisitos contemplados……19
Ilustração 2 — Requisitos contemplados……20
Ilustração 3 — Interface do sistema ……..…..24
Ilustração 4 — Busca do bibliotecário na base de dados ……...24
Ilustração 5 — Tela do usuário ……...25
Ilustração 6 — Busca avançada no acervo ……..……25
Ilustração 7 — Busca avançada em legislações …….25
Ilustração 8 — Cadastro de obras ……...……26
Ilustração 9 — Biblioteca Nacional ……..…….27
Ilustração 10 — Catálogo ACERVUS ……..……..27
Ilustração 11 — Ficha de cadastramento de usuário ……..…....29
Ilustração 12 — Módulo de circulação …….…....29
Quadro 1 — Requisitos tecnológicos ……..…….7
Quadro 2 — Requisitos para seleção e aquisição ……..…..8
Quadro 3 — Requisitos para processamento técnico ……...……8
Quadro 4 — Requisitos para empréstimo …….……...9
Quadro 5 — Requisitos para processo de recuperação e divulgação da informação …….10
Quadro 6 — Requisitos para processos gerenciais ……...…..10
Quadro 7 — Requisitos gerais ……...…..11
Quadro 8 — Cronograma de atividades ……17
Quadro 9 — Empréstimo dos usuários ……...30

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AACR2	Anglo American Cataloging Rules
BJBA	Biblioteca Jurídica Borges Arrieche
UI	Unidade de Informação
MARC	Machine-Readable Cataloging

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....1
1.1 Tema e problematização.....1
1.2 Objetivos.....1
1.2.1 Objetivo Geral.....2
1.2.2 Objetivos Específicos.....2
1.3 Justificativa.....2
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....3
2.1 Biblioteca especializada.....3
2.2 Biblioteca jurídica.....4
2.3 A Biblioteca Jurídica Borges Arrieche (BJBA).....5
2.4 Automação de bibliotecas.....6
2.4.1 Requisitos para estabelecer um *software* de automação.....7
2.4.2 Protocolos básicos para implementação de *software*.....12
2.4.2.1 Formato MARC.....12
2.4.2.2 ISO 2709.....13
2.4.2.3 Protocolo Z39.50.....14
2.5 *Software* Sophia.....14
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....16
3.1 Classificação da pesquisa.....16
3.2 Cronograma de execução.....16
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....18
4.1 Padrões internacionais adotados.....18
4.2 Requisitos contemplados pelo sistema.....19
4.3 Suporte técnico e manutenção.....20
4.4 Tela de busca.....21
4.5 Cadastro de obras.....23
4.6 Interface do sistema e customização 23
4.7 Empréstimos, multas, renovações e cadastramento de usuário.....24
4.8 Sistema operacional.....26
4.9 Treinamento.....27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....28
REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

A implementação de um *software* — como o Sophia, é uma estratégia crucial para a otimização da gestão de informações e recursos em ambientes jurídicos. Assim, conforme afirma Côrte (2002) “[...] a informatização de uma biblioteca ou arquivo deve, primeiramente, identificar aspectos culturais, missão, objetivos e programas de trabalho da organização” (p. 28) — essa abordagem é vital, pois irá possibilitar que a biblioteca se adeque às suas necessidades específicas, ao perfil de seus usuários e às demandas da sua área temática, oferecendo assim produtos e serviços de maior qualidade.

A adoção de um sistema como o Sophia — não só aprimora a eficiência operacional, como também contribui para a satisfação dos usuários. Desse modo, torna-se fundamental "[...] verificar o grau de satisfação, bem como os problemas detectados durante a implantação, acompanhamento e manutenção dos serviços" (Côrte, 2002, p. 33).

Isto posto, será introduzida a implementação do *Software* Sophia na unidade de informação Biblioteca Jurídica Borges Arrieche (BJBA) — apresentando, dessa forma, como a automação de serviços representa um avanço significativo em direção à modernização e ao aprimoramento da qualidade dos serviços prestados ao público.

1.1 Tema e problematização

Ao analisarmos o grande impacto da área do Direito — e sua inquestionável missão para com a sociedade; é possível notar a importância da biblioteconomia jurídica, resultante da grande produção e consumo diário de informação na área do Direito (Oliveira, 2013, p. 12), o que torna imprescindível a existência de uma unidade de informação especializada no tratamento dessa informação.

Sendo assim, tem-se como questionamento: o *Software* Sophia contém os requisitos necessários para lidar com essa tipologia de biblioteca?

1.2 Objetivos

Esta seção apresenta os objetivos do presente projeto.

1.2.1 Objetivo Geral

Implementar o *Software* Sophia na biblioteca especializada jurídica.

1.2.2 Objetivos Específicos

a. Explicar a automação de bibliotecas;
b. Interpretar o conceito de um *software* de automação;
c. Avaliar o *Software* Sophia na biblioteca jurídica.

1.3 Justificativa

A justificativa da seguinte pesquisa se encontra na importância da aplicação de um *software* robusto, versátil, seguro e de qualidade em uma unidade de informação especializada no campo jurídico; visto sua importante missão social para com a sociedade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente seção apresentará a fundamentação teórica.

2.1 Biblioteca especializada

A história das bibliotecas especializadas começa no início do século XX; sendo uma réplica ao crescente avanço nas áreas da ciência e tecnologia — compreende-se que essa tipologia de unidade de informação (UI) expandiu-se após a Segunda Guerra Mundial e assim sucedeu-se (Figueiredo, 1979, p. 10). Sendo assim, Cunha e Cavalcanti (2008) conceituam a biblioteca especializada como uma biblioteca "[...] organizada sobre disciplinas ou áreas específicas do conhecimento; [...] 2. Biblioteca organizada para certas categorias de usuários [...]" (p. 50).

Partindo de uma ótica similar, Ashworth (1967) explica que as exímias bibliotecas especializadas tratam-se daquelas cujo dedicam-se "[...] exclusivamente a publicações sobre um assunto ou sobre um grupo de assuntos em particular" (p. 1), nada obstante, ainda esclarece que — as bibliotecas especializadas destinam-se, particularmente; à disseminação detalhada de informações sobre assuntos de áreas que são, de certa forma, muito restritas (p. 10).

As bibliotecas especializadas se diferenciam pelo fato de abordarem um tipo de assunto específico, e; não obstante — um usuário em particular. Indo na contramão das bibliotecas tradicionais, em que o acervo não é desenvolvido com a mesma singularidade e especificidade.

Dessa forma, Figueiredo (1979, p. 11) apresenta os objetivos de uma biblioteca especializada como sendo: adquirir, organizar, manter, utilizar e disseminar materiais relacionados à área a que está ligada. Assim; para que esses objetivos se cumpram, é necessário que as funções da biblioteca estejam estabelecidas — algumas definem-se por:

> 1. Desenvolvimento da coleção, de acordo com a necessidade da organização;
> 2. Manutenção dos catálogos, índices e referências sobre assuntos especializados;
> 3. Disseminação da informação corrente através de: exposições, fornecimento de cópias, notificações pessoais, preparação e distribuição de listas de novas aquisições de boletins e publicações especiais, como cópia de sumários e periódicos;
> 4. Empréstimo de livros e circulação automática de periódicos;
> 5. Indexação e resumo de relatórios e de correspondência técnica; (Figueiredo, 1979, p. 11-12).

A partir do exposto, dentre os materiais específicos que compõem o acervo dessa tipologia de UI; encontram-se:

> [...] além de livros e folhetos: periódicos especializados, periódicos e índices, de resumos, de revisões de literatura, bibliografias, publicações governamentais, relatórios de pesquisa, relatórios de companhias, de entidades do governo, catálogos comerciais e industriais, teses, patentes, diretórios, mapas, recortes de jornal, plantas de engenharia, dados estatísticos, levantamentos de mercado, correspondência técnica, microformas, saídas de computador, cadernos de notas de laboratório, etc (Figueiredo, 1979, p. 11).

Pelo fato de tratar-se de uma tipologia especializada de biblioteca e conter um acervo extenso, específico e multifacetado, é cristalino o fato de que; a equipe designada para lidar com esse tipo de informação deve ter certa especialização no campo de conhecimento abrangido — visto que trata-se de uma área específica; com nomenclaturas e conceitos que apenas o usuário da área compreende, e que será imprescindível que o bibliotecário também assimile com propriedade.

Compreende-se, então, a biblioteca especializada como uma UI com a missão de disseminar a informação de dado campo específico, visando suprir a necessidade informacional de um usuário em particular, auxiliando-o na busca da informação sobre certa área do conhecimento. Sendo assim, a partir do apresentado; a pesquisa conceitua no próximo tópico a biblioteca especializada no âmbito jurídico.

2.2 Biblioteca jurídica

A biblioteca jurídica conceitua-se como uma biblioteca especializada; visto que trata-se de uma UI a qual atinge um usuário específico e dissemina informação de uma área em particular e, não só; possui "[...] características bem particulares no desenvolvimento de suas atividades" (Geraldo; Pinto, 2019, p. 40). Sendo assim, a informação jurídica pode ser encontrada nos seguintes suportes: "[...] livros, periódicos jurídicos, súmulas, diário oficial e da justiça, legislação (dentro da legislação estão, leis, decretos) etc".

A partir do exposto; Cunha e Cavalcanti (2008, p. 55) definem a biblioteca jurídica como "[...] conjunto dos conhecimentos profissionais relativos às bibliotecas e aos documentos em áreas das ciências jurídicas [...]" — com o papel fundamental de transmitir a informação jurídica, principalmente dentro das instituições em que se encontram; a fim de dar suporte a processos judiciais em andamento (Miranda, 2004).

Essa tipologia de biblioteca pode ser encontrada em universidades, órgãos públicos do poder judiciário, setores públicos de empresas, escritórios de advocacia e associações, atendendo um público que procura informações da área jurídica (Oliveira, 2013, p. 10).

Nesse sentido — pode-se destacar os três suportes informacionais de uma biblioteca jurídica como;

> **Doutrina:** suporte onde o usuário se baseia para pesquisa, compilação de entendimentos a respeito de uso de determinada matéria de cunho científico. Constitui-se por informações sobre a Ciência do Direito.
> **Jurisprudência:** é a reunião de julgamentos sobre o determinado assunto, formada pela decisão dos juízes e tribunais.
> **Legislação:** é o conjunto de leis editadas. Formada por atos normativos, leis, decretos, portarias e todos os demais tipos de normas e regulamentos (Ferreira; Melo 2006, p. 3, *grifo nosso*).

Entende-se, então, que a presente biblioteca tem como objetivo apresentar a informação jurídica de forma acessível ao usuário da informação; de modo a facilitar sua busca — além disso, deve "contar com uma equipe qualificada com a missão de oferecer um atendimento no grau da complexidade que configura a informação jurídica" (Lins; Azevedo, 2018, p. 7).

2.3 A Biblioteca Jurídica Borges Arrieche (BJBA)

Localizada em uma universidade, a Biblioteca Jurídica Borges Arrieche (BJBA) faz parte de um conjunto de bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Fundada em 2004, a BJBA estabelece-se no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Rio Grande.

Nesse sentido, o acervo da BJBA é constituído por todas as áreas do direito, com foco nas áreas de: Direito Civil, Processual Civil, Direito Penal e Processual Penal. Sendo assim, a UI possui o total de 100 mil documentos em sua forma impressa — livros, artigos de periódicos e coleções especiais.

A partir do exposto, apesar de aberta ao público; os usuários principais os quais frequentam a biblioteca tratam-se de; juízes, juristas, legisladores, professores e alunos que cursam Direito — cujo procuram materiais relacionados a leis, doutrinas e jurisprudências. Não raro, a UI possui rede sem fio aberta para todos os usuários e seu parque computacional conta com quinze computadores com o sistema operacional Microsoft Windows.

2.4 Automação de bibliotecas

A partir da década de 1993 a informatização das bibliotecas brasileiras avançou significativamente; essa mudança ocorreu devido a alterações na política de informática, que

facilitaram o acesso a novas tecnologias — como equipamentos e *softwares*. Assim, essa evolução foi essencial para que bibliotecas e arquivos se modernizassem, proporcionando serviços mais eficazes e alinhados às demandas dos usuários, acompanhando o progresso social e as transformações nos hábitos de consumo de informação (Martinelli, 1998).

Côrte (2002) afirma que a automação "[...] possibilita que as instituições compreendam melhor os hábitos e as necessidades de seus usuários, permitindo a adaptação das tecnologias e serviços oferecidos. Isso é crucial para que as bibliotecas e arquivos cumpram sua missão de atender à comunidade de forma eficaz" (p. 25) — evidentemente; a automação de uma UI — como bibliotecas e arquivos; torna-se essencial para garantir que essas instituições permaneçam relevantes e eficazes em um mundo cada vez mais digital e centrado no usuário.

A adoção de tecnologias permite que as unidades de informação melhorem significativamente seus serviços e operações, trazendo benefícios tanto para a instituição quanto para os usuários. A automação é vista como um elemento-chave para a melhoria dos sistemas de informação — permitindo um acesso mais flexível e aprimorado à informação, o que, por sua vez, provoca mudanças nos hábitos de uso da informação (Côrte, 2002).

Segundo Côrte (2002)

> [...] qualquer iniciativa de informatização de uma biblioteca ou arquivo deve, primeiramente, identificar os seguintes aspectos: a) cultura, missão, objetivos e programas de trabalho da organização; b) características essenciais da biblioteca/arquivo com relação à sua abrangência temática, serviços e produtos oferecidos; c) interesses e necessidades de informação dos usuários; d) plataforma tecnológica existente na instituição em termos de *software* e *hardware*, bem como sua capacidade de atualização e ampliação; e) os recursos humanos disponíveis.

Sendo assim, compreendemos a automação de bibliotecas como uma resposta à evolução das tecnologias da informação, permitindo que as bibliotecas se integrem a um ambiente dinâmico e atualizado, onde diferentes tecnologias podem coexistir e colaborar (Oliveira; Carvalho, 2009).

2.4.1 Requisitos para estabelecer um *software* de automação

Compreende-se, então; que a automação de unidades de informação trata-se de um fator importante, no que diz respeito ao trabalho repetitivo do profissional da informação, na otimização de processos manuais e, não obstante; na autonomia do próprio usuário da

informação. Nesse sentido, não basta apenas escolher um *software* e simplesmente aplicá-lo na biblioteca; é necessário analisar se esse apresenta padrões, normas e protocolos internacionais específicos, e não só; as necessidades da biblioteca — o que realmente será e não será utilizado; o orçamento disponível e o tipo de usuário atendido pela unidade de informação.

Portanto, para a avaliação e seleção de um *software* é necessário observar certos requisitos específicos — os quais serão explicados nos quadros 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

Assim, apresentam-se os requisitos cujo relacionam-se à tecnologia que, partindo da pesquisa de Côrte *et. al* (1999, p. 243), tratam-se de "[...] itens que identificam a capacidade do sistema de trabalhar com modernos recursos tecnológicos, possibilitando segurança e intercâmbio de dados [...]". Assim, tem-se como requisito desejável o acesso à base de dados por meio de *browser* Internet e Intranet e, como requisitos básicos:

Quadro 1 — Requisitos tecnológicos

Requisitos básicos tecnológicos
Acesso simultâneo de usuários às bases de dados
Armazenamento, recuperação e classificação correta dos caracteres da língua portuguesa (Português Brasil): maiúsculas, minúsculas, cedilha e caracteres especiais
Arquitetura de rede cliente/servidor
Auditoria no sistema
Capacidade de atualização dos dados em tempo real
Garantia de manutenção e disponibilização de novas versões
Gestão de bases de dados com diferentes tipos de documentos
Padrão ISO2709 e protocolo de comunicação Z39.50
Software cliente: sistema operacional Windows 95 ou superior
Uso de data no formato dia/mês/ano, sendo o ano, com quatro dígitos de uso corrente, na língua portuguesa

Fonte: elaborado a partir de Côrte (1999, p. 243-244)

Em sequência, têm-se os requisitos ligados aos processos de seleção e aquisição — esses tratam-se do "[...] módulo gerenciador do processo de aquisição de materiais bibliográficos, por doação, permuta e compra [...]" (Côrte *et. al* 1999, p. 244).

Sendo assim, como requisitos básicos e desejáveis pontuam-se:

Quadro 2 — Requisitos para seleção e aquisição

Requisitos básicos	**Requisitos desejáveis**

Controle de todo o processo de aquisição	Controle de datas de recebimento do material adquirido
Controle de listas de sugestão, seleção, aquisição, reclamações e recebimento	Controle contábil e financeiro dos recursos orçamentários para aquisição de material bibliográfico
Controle de assinatura de periódicos: início, vencimento, renovação e datas previstas para recebimento dos fascículos; controle de recebimento de fascículos de periódicos e seriados	Elaboração de lista de duplicatas
Identificação de dados do processo de aquisição (número de processo, número de empenho, preço, número da nota fiscal ou fatura, outros.)	Elaboração de lista de desideratas
Identificação da modalidade de aquisição (doação, compra, permuta, depósito legal)	Controle da situação (status) do documento bibliográfico (encomendado, aguardando autorização, aguardando nota fiscal, encaminhado para pagamento e outros)

Fonte: elaborado a partir de Côrte *et. al* (1999, p. 244)

Para gerenciar o registro das informações bibliográficas, seguindo padrões internacionais; têm-se os requisitos básicos e desejáveis associados ao processamento técnico dos documentos (Côrte *et. al* 1999, p. 244) — mencionam-se:

Quadro 3 — Requisitos para processamento técnico

Requisitos básicos
Possibilidade de duplicação de um registro para inclusão de novas edições
Atualização em tempo real do banco de dados, nos registros de autoridade e demais índices, após o envio de novo registro ao servidor
Campos e códigos de catalogação de qualquer tipo de documento, inclusive artigos de periódicos, de acordo com o Anglo American Cataloging Rules (AACR2)
Capacidade de armazenar informação legislativa
Código de barras para cada documento
Construção automática de lista de autoridades a partir dos registros incluídos
Construção de remissivas para autores/assuntos
Consulta ao tesauro, lista de autoridades e lista de editoras, durante o cadastramento de um registro
Formato Machine Readable Cataloging (MARC) dos registros bibliográficos
Geração de etiquetas para bolso e lombada dos documentos

Sistema de gerenciamento para construção de tesauro

Fonte: elaborado a partir de Côrte *et. al* (1999, p. 244)

No que diz respeito aos requisitos análogos ao processo de empréstimo de documentos, Côrte *et. al* (1999, p. 244) os apresenta como o "[...] módulo que gerencia o uso e circulação dos documentos da biblioteca [...]", os quais seguem os procedimentos básicos apresentados no quadro abaixo:

Quadro 4 — Requisitos para empréstimo

Requisitos básicos
Aplicação de multas e suspensões
Bloqueio automático de empréstimo sempre que o usuário estiver em atraso ou com dados cadastrais desatualizados
Cadastro de usuários, com inclusão, exclusão e alteração de nomes e endereços, com categorização de usuários
Categorização de empréstimo: empréstimo domiciliar, especial e empréstimo entre bibliotecas
Cobrança personalizada; com prazos diferenciados por tipos de materiais e usuários
Controle de usuários pessoais e institucionais
Emissão de cartas cobrança automática para usuários em atraso
Possibilidade de pesquisar a situação em que se encontra o exemplar: disponível, emprestado e encadernado
Realização de empréstimo, devolução, renovação e reserva, on-line
Senha para os empréstimos

Fonte: elaborado a partir de Côrte (1999, p. 244)

Quanto aos requisitos básicos para o processo de recuperação e divulgação de informações; o primeiro constitui-se "[...] em recursos especiais de pesquisa para localizar documentos em múltiplas bases de dados, com filtragem de resultados e combinações de conjuntos [...]" (Côrte *et. al* 1999, p. 245) — enquanto o segundo trata-se de um "[...] módulo gerenciador das atividades de divulgação, contribuindo para o processo de disseminação de informações [...]" (Côrte *et. al* 1999, p. 245). Para esses, atribuem-se as seguintes características:

Quadro 5 — Requisitos para processo de recuperação e divulgação da informação

Requisitos básicos para recuperação da informação	**Requisitos básicos para divulgação da informação**

Capacidade de ordenar e classificar os documentos pesquisados	Emissão de listas de publicações por assuntos e autores
Capacidade de permitir que os resultados de pesquisas sejam gravados em disquetes ou arquivos	Geração de catálogo coletivo
Consulta à Internet; elaboração de estatísticas	Diferentes formatos de visualização de registros on-line e em relatórios tipo ABNT e AACR2
Visualização do resultado da pesquisa em forma de referência bibliográfica breve e completa, de acordo com a ABNT	Elaboração e impressão de bibliografias em formato ABNT
Estratégia de pesquisa on-line nas bases de dados por qualquer palavra, campo ou subcampo	Definição de instrumentos de alerta e disseminação seletiva de informações, conforme perfil dos usuários
Indicação do status do documento pesquisado, se emprestado, em encadernação ou disponível; possibilidade de envio do resultado da pesquisa por e-mail, ao usuário	Pesquisa por conceitos com utilização de tesauro ativo

Fonte: elaborado a partir de Côrte *et. al* (1999, p. 245).

Por fim, têm-se os requisitos relacionados ao processo gerencial, sendo o "[...] módulo que permite o acompanhamento e avaliação das atividades da biblioteca do ponto de vista gerencial [...]" (Côrte *et. al* 1999, p. 245).

Como requisitos básicos, observa-se:

Quadro 6 — Requisitos para processos gerenciais

Requisitos básicos
Gerenciamento integrado dos dados e funções da biblioteca
Gerenciamento dos tipos de material bibliográfico e informacionais utilizados em bibliotecas
Contabiliza estatísticas de circulação, processamento técnico, seleção, aquisição e intercâmbio, atualização de tesauro e listas de autoridades, por período
Emite relatórios de circulação por assuntos mais consultados
Emite relatórios de circulação por tipo de documentos, por período e acumulado
Emite relatórios de empréstimos, por períodos
Emite relatórios de entrada e recebimento de documentos, por período
Inventário com utilização do coletor de dados inteligente
Listas de usuários, por categorias

Fonte: elaborado a partir de Côrte *et. al* (1999, p. 245-246).

Nada obstante, além dos requisitos específicos para avaliação e seleção — a priori apresentados; torna-se notório exibir requisitos considerados gerais para o processo de

automação de bibliotecas — assim, Côrte *et. al* (1999) os apresenta como: treinamento, instalação, testes e garantia, suporte técnico e manutenção, documentação, condições institucionais; os presentes requisitos serão desdobrados no quadro a seguir:

Quadro 7 — Requisitos gerais

Treinamento	- Minimiza a complexidade do processo de automação; - Abrange os seguintes níveis: a. **Nível técnico**: tem a finalidade de capacitar os analistas de sistemas da instituição contratante — a fim de parametrizar e; posteriormente, disponibilizar o sistema para o usuário; b. **Nível gerencial:** enseja à gerência da UI a clara compreensão da metodologia gerencial do sistema; c. **Nível operacional:** assegura que os bibliotecários tenham a plena compreensão de procedimentos e rotinas particulares de cada módulo; o que inclui, também — a capacitação do usuário no uso do sistema
Instalação, testes e garantia	- Garante agilidade e segurança na efetuação de rotinas; - É necessário exigir que o vendedor/fabricante instale e teste o *software*; com o acompanhamento dos técnicos da instituição contratante; - Demandar que o sistema seja substituído caso ocorram erros consecutivos no período de três meses
Suporte técnico e manutenção	- Suporte, manutenção preventiva e corretiva, o que inclui: a. correção de erros do *software*; b. oferecer e instalar a versão mais atual do sistema; com manuais e literatura técnica em Português Brasil — não obstante, apoio técnico durante a instalação da nova versão; c. treinamento e reciclagem de servidores, a fim da compreensão clara de novas versões
Documentação	- Recomenda-se que a documentação do sistema seja em Português Brasil, em formato impresso; - O fornecedor deve entregar manuais técnicos e do usuário
Condições institucionais	- Ser compatível com o desenho e cultura organizacional, p. ex.: parque computacional já instalado, tamanho do acervo e perfil dos usuários

Fonte: elaborado a partir de Côrte *et. al* (1999, p. 246, *grifo nosso*).

A partir do exposto; compreende-se a complexidade que há no processo de escolha de um *software* de automação — visto os requisitos a priori apresentados. Assim, precisa-se considerar requisitos específicos que se relacionam com a tecnologia, processos de seleção e aquisição, processamento técnico dos documentos, processo de empréstimo de documentos, processo de recuperação e divulgação da informação e processos gerenciais. Não raro, considerar, também, requisitos gerais que envolvam treinamento — não só do profissional da informação, bem como do usuário; instalação, testes e garantias do *software*, suporte técnico e

manutenção, documentação e as condições institucionais da biblioteca.

2.4.2 Protocolos básicos para implementação de *software*

Assim, após analisar os requisitos específicos e gerais para a avaliação e seleção de um *software* de automação, observa-se — como citado anteriormente; as normas, os protocolos internacionais e, não só, o formato de catalogação utilizado.

A seguir, apresenta-se o Formato MARC, a norma ISO2709 e o Protocolo Z39.50.

2.4.2.1 Formato MARC

O Machine-Readable Cataloging, comumente conhecido como Formato MARC — trata-se de um formato padrão utilizado para a representação e intercâmbio de dados bibliográficos em formato legível por máquinas (Côrte *et. al*, 2002).

Portanto, Côrte *et. al* (2002) o apresenta da seguinte forma:

> O MARC é um formato de catalogação que permite que registros bibliográficos sejam armazenados e trocados entre diferentes sistemas de bibliotecas e bases de dados. Ele foi desenvolvido para facilitar a automação de bibliotecas e a recuperação de informações [...] O formato MARC é amplamente utilizado em sistemas de automação de bibliotecas e é compatível com normas de catalogação, como as normas anglo-americanas de catalogação (AACR) e a Classificação Decimal de Dewey (p. 47).

O Formato MARC trata-se de um dos padrões mais amplamente aceitos para catalogação bibliográfica, promovendo uma organização uniforme e precisa do acervo — apresentando como campos principais:

- **Líder**: Compreende 24 carácteres — contendo informações de controle sobre o registro;
- **Diretório**: Indexa a localização dos campos dentro do registro, permitindo que os sistemas acessem rapidamente as informações.
- **Campos Variáveis (008)**: Compreende 40 carácteres; contendo os dados bibliográficos propriamente ditos, organizados em campos que podem incluir informações como: título, autor, data de publicação, entre outros (Côrte *et. al*, 2002. p. 38).

Em suma; o Formato MARC é imprescindível para a catalogação e intercâmbio de dados bibliográficos, desempenhando um papel crucial na automação e na eficiência dos serviços bibliotecários.

2.4.2.2 ISO2709

A ISO2709 – Documentation Format for Bibliographic Interchange on Magnetic trata-se de uma norma internacional que especifica o formato de intercâmbio de registros bibliográficos; permitindo a troca de informações entre sistemas de bibliotecas e outros sistemas de informação (Côrte *et. al*, 2002).

Sendo assim; compreende-se que a norma foi desenvolvida com a finalidade de "[...] padronizar a forma como os registros bibliográficos são representados e trocados em meio magnético, facilitando a interoperabilidade entre diferentes sistemas de bibliotecas [...]" (Côrte *et. al,* 2002, p. 36). Nesse sentido, a norma não irá definir o conteúdo dos documentos individuais — apenas estabelecerá requisitos para a estrutura desses registros, o que inclui o formato em que esses dados são organizados e codificados; a fim de garantir que esses possam ser lidos por sistemas distintos (Côrte *et. al,* 2002, p. 36 - 37).

Então, a ISO2709 é "[...] amplamente utilizada em sistemas de automação de bibliotecas e em bases de dados bibliográficas, servindo como um padrão para a troca de informações bibliográficas, o que é essencial para a catalogação e recuperação de dados [...]" (Côrte *et. al,* 2002, p. 36 - 37). Assim, a norma assegura a segurança e a integridade dos dados — definindo requisitos para a troca de informações bibliográficas.

2.4.2.3 Protocolo Z39.50

O Protocolo Z39.50 é um padrão de comunicação utilizado para a busca e recuperação de informações em bases de dados bibliográficas e outros tipos de informações (Côrte *et. al*, 2002).

Nesse sentido:

> O Z39.50 é um protocolo com arquitetura cliente-servidor que permite que um cliente (como um sistema de biblioteca) envie consultas a um servidor (como uma base de dados) e receba resultados de forma padronizada. Ele foi desenvolvido para facilitar a interoperabilidade entre diferentes sistemas de informação. [...] O principal objetivo do Z39.50 é permitir que usuários e sistemas acessem informações de várias bases de dados sem a necessidade de conhecer as especificidades de cada sistema. Isso significa que um único cliente pode consultar múltiplas fontes de dados, simplificando o processo de recuperação de informações (Côrte *et. al* 2002, p. 39).

O protocolo Z39.50 possibilita que um cliente faça uma consulta a um servidor, utilizando critérios de busca como: autor, título, assunto, etc. O servidor, por sua vez; processa a solicitação e envia os resultados em um formato compreensível para o cliente — esse processo simplifica a pesquisa, permitindo que múltiplas bases de dados sejam consultadas simultaneamente. O protocolo é um padrão crucial para a interoperabilidade em bibliotecas e sistemas de informação, pois possibilita a comunicação e o compartilhamento eficiente de dados entre diferentes sistemas.

Sua importância é especialmente evidente em contextos onde é necessário recuperar informações de várias fontes simultaneamente (Côrte *et. al*, 2002) — o que facilita a pesquisa e acesso às informações, permitindo a busca e recuperação de registros bibliográficos em outras redes de bibliotecas.

2.5 *Software* Sophia

Sophia é um *software* proprietário desenvolvido por uma equipe formada por bibliotecários e analistas de sistemas; os quais procuram assegurar que as funcionalidades do sistema atendam de forma eficaz às demandas específicas das bibliotecas, museus e memórias institucionais (Sophia, 2024). Haja vista, compreende-se que um *software* proprietário trata-se daquele, cujo "[...] é fornecido sob licenciamento pago e sem acesso ao código-fonte, ficando a implementação de melhoramentos ou alterações dependentes da visão, interesse e calendário da empresa fornecedora" (Paranhos, 2004, p. 16).

O site oficial do *software* esclarece:

> Em 1993 nasceu a Prima Software, empresa que deu origem aos sistemas de gestão Sophia. Após décadas de atuação no mercado de tecnologia, a Prima deu um passo em direção a um novo posicionamento estratégico e se transformou em Soluções Sophia. Este novo posicionamento faz da Sophia uma empresa de tecnologia líder no mercado de *software* para gestão, que está cada vez mais próxima de seus parceiros trabalhando e evoluindo para entregar as melhores soluções (Sophia, 2024).

Assim, o *software* nasce como um sistema de gestão pensado por e para bibliotecários,

consolidado há mais de trinta anos no mercado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O termo ciência provém do verbo em latim *Scire*, sendo: aprender e conhecer (Prodanov; Freitas, 2013, p. 14). Posto isto; compreende-se ciência como "[...] uma especialização, um refinamento de potenciais comuns a todos" (Alves, 1996, p. 11).

Sendo assim, baseando-se nos preceitos de Prodanov e Freitas (2013, p. 14) sobre a metodologia, essa "[...] trabalha com métodos científicos, que tem como objetivo coletar dados e realizar uma meticulosa investigação sobre um tema, de modo que um resultado ou um fim seja alcançável", nada obstante; Thiollent (1985, p. 25) apresenta a metodologia como "[...] disciplina que se relaciona com a epistemologia ou filosofia da ciência".

Portanto, apresenta-se, a seguir, a metodologia aplicada na pesquisa.

3.1 Classificação da pesquisa

Partindo dos objetivos estabelecidos neste estudo, classifica-se a pesquisa como exploratória; pois, por meio da contextualização de Gil (2002, p. 41) — entende-se que a presente tipologia de pesquisa apresenta como "[...] objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses".

Não obstante, destaca-se a pesquisa como bibliográfica, pelo fato de essa desenvolver-se "[...] a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (Gil, 1994, p. 69), e, não só, tem-se como abordagem a pesquisa qualitativa, que além de salientar a qualidade do estudo, também corresponde a "questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não podem ser quantificados" (Minayo, 2002, p. 21).

3.2 Cronograma de execução

Gil (2002, p. 155) argumenta que "[...] convém definir um cronograma que indique com clareza o tempo de execução previsto para as diversas fases, bem como os momentos em que estas se interpõem [...]."

Dessa forma, está presente no Quadro 8 a lista de atividades realizadas durante o processo de criação da pesquisa.

Quadro 8 — Cronograma de atividades

LISTA DE ATIVIDADES	Agosto	Setembro
Definição da temática	X	
Tema e problematização	X	
Estabelecimento dos objetivos	X	
Escrita da fundamentação teórica	X	X
Finalização do projeto		X
Entrega do projeto para avaliação		X
Apresentação do projeto		X

Fonte: Autores (2024)

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Tendo em vista a importância da automação e informatização para o desenvolvimento das bibliotecas e arquivos; é fundamental reconhecer que a implantação dessas tecnologias exige um planejamento metodológico cuidadoso — a priori de iniciar o processo de automação.

Assim, é necessário considerar uma série de fatores, como a avaliação das necessidades específicas da unidade de informação, a capacitação da equipe, a escolha das tecnologias mais adequadas e a definição de uma estratégia de implementação que minimize riscos e maximize benefícios — esse planejamento é crucial para garantir que a transição para um ambiente automatizado seja bem-sucedida e realmente eficaz, proporcionando melhorias contínuas nos serviços oferecidos e atendendo às expectativas dos usuários de forma sustentável e eficiente.

Sendo assim; esta seção destina-se a apresentação da análise e discussão dos resultados obtidos por meio do levantamento bibliográfico.

4.1 Padrões internacionais adotados

Compreendeu-se que o *software* Sophia é projetado para atender aos padrões internacionais de catalogação e gestão de dados. Portanto, para garantir um serviço de qualidade na compatibilidade e eficiência de serviços; o sistema faz o uso das seguintes normas, protocolos e formato de catalogação, como exemplificados nas seções 2.4.2.1, 2.4.2.2 e 2.4.2.3:

a. Formato MARC;
b. Z39.50;
c. ISO 2709;

Nada obstante, o *software* também conta com:

- **XML e OAI-PMH**: suporte ao XML para garantir interoperabilidade e conformidade com o protocolo OAI-PMH, para a disseminação padronizada de metadados, promovendo a integração e o compartilhamento com outros sistemas e fornecedores de conteúdo.

- **ISBN**: melhora a eficiência da catalogação com o Sophia Biblioteca, que simplifica o processo por meio da importação de registros e capas usando o ISBN — isso torna a gestão do acervo mais ágil e economiza seu tempo (Sophia, 2024).

Então; o sistema conta com os protocolos, normas e formato de catalogação apresentados nos requisitos para avaliação e seleção de um software — citados na seção 2.4.1 e conceituados na seção 2.4.2 — e, não só, conta com suporte XML, ISBN e protocolo OAI-PMH, o qual trata-se de "[...] um protocolo que possibilita aos participantes da iniciativa OAI compartilhar seus metadados, para aplicações externas que se interessem na coleta desses dados" (Oliveira; Carvalho, 2009, p. 7).

4.2 Requisitos contemplados pelo sistema

Com base nos requisitos de seleção e avaliação apresentados anteriormente, as Ilustrações 1 e 2 apresentam os requisitos contemplados pelo *Software* Sophia:

Ilustração 1 — Requisitos contemplados

- Acesso simultâneo de usuários às bases de dados;
- Armazenamento, recuperação e classificação correta dos caracteres da língua portuguesa (Português Brasil): maiusculas, minúsculas, cedilha e caracteres especiais;
- Arquitetura de rede cliente/servidor;
- Auditoria no sistema;
- Garantia de manutenção e disponibilização de novas versões;
- Padrão ISO2709 e protocolo de comunicação Z39.50;
- Uso de data no formato dia/mês/ano, sendo o ano, com quatro dígitos de uso corrente, na língua portuguesa;
- Controle de assinatura de periódicos;
- Atualização em tempo real do banco de dados, nos registros de autoridade e demais índices, após envio de novo registro ao servidor;
- Campos e códigos de catalogação de qualquer documento, de acordo com o AACR2;
- Capacidade de armazenar informação legislativa;
- Formato MARC dos registros bibliográficos;
- Aplicação de suspensões e multas;

Fonte: elaborado a partir de Côrte (1999)

Ilustração 2 — Requisitos contemplados

- Cadastro de usuários, com inclusão, exclusão e alteração de características, com categorização do usuário;
- Categorização de empréstimos, como domiciliar, especial e empréstimo entre bibliotecas;
- Cobrança personalizada;
- Senha para empréstimos;
- Diferentes formatos de visualização de registros online e em relatórios tipo ABNT e AACR2;
- Estratégia de pesquisa online nas bases de dados por qualquer palavra, campo ou subcampo;
- Indicação de status do documento pesquisado;
- Listas de usuários, por categorias;
- Emite relatórios de circulação por tipo de documentos, por período e acumulado;
- Contabiliza estatísticas de circulação, processamento técnico, seleção de aquisição e intercâmbio, atualização de tesauro e listas de autoridades;
- Treinamento;
- Instalação;

Fonte: elaborado a partir de Côrte (1999)

4.3 Suporte técnico e manutenção

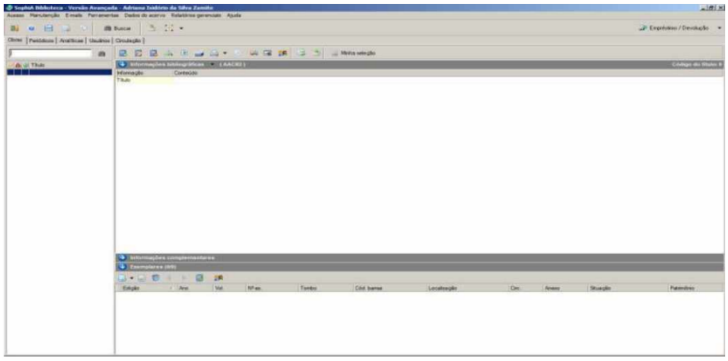
Um ponto de destaque adicional é a oferta de suporte técnico, que representa uma vantagem importante — sendo crucial para assegurar que o *software* atenda às demandas do setor bibliotecário de forma precisa; contribuindo para a resolução rápida de problemas e para a manutenção contínua do *software*, beneficiando tanto os bibliotecários quanto os usuários (Zamite; Cardoso, 2014). O sistema possui periodicidade mensal de novas versões (Côrte, 2002, p. 147) e o suporte técnico pode ser solicitado no site do provedor do sistema, por meio de um Chat. Não só; ainda é possível entrar em contato via e-mail e *Whatsapp* (Sophia, 2024).

Zamite e Cardoso apresentam que um *software* o qual conta com uma equipe de assistência técnica "[...] proporciona maior segurança e suporte para os usuários" (2014, p. 17) — esse suporte técnico constante é fundamental para garantir que os usuários possam enfrentar qualquer dificuldade com confiança. Assim, a presença de uma equipe qualificada para solucionar problemas não apenas facilita a resolução rápida de questões, mas também oferece uma camada adicional de segurança, assegurando que o *software* funcione conforme esperado e proporcionando uma experiência de uso mais tranquila e eficiente.

4.4 Tela de busca

Na Ilustração 3, a seguir; apresenta-se a interface do *software* apresentada ao bibliotecário ao iniciar o programa:

Ilustração 3 — Interface do sistema



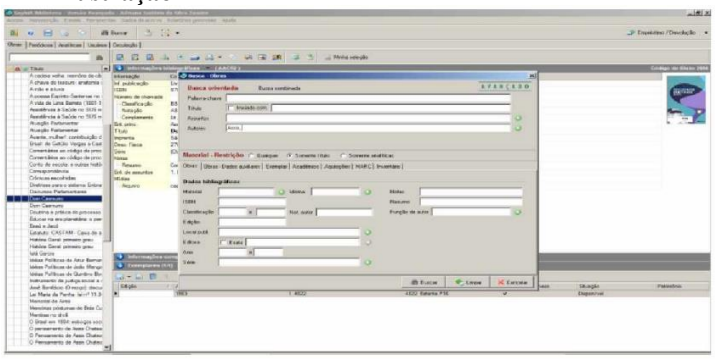
Fonte: Zamite e Cardoso, 2014, p. 4669.

Por meio da pesquisa de Zamite e Cardoso, compreendeu-se que:

> Na sua interface, são visualizados todos os serviços disponíveis, sendo este, possível de acessar com um simples clique. Na própria página são divididas as funções e, na parte superior, os ícones administrativos e um pouco mais a baixo, os serviços de catalogação de obras e periódicos, usuário e circulação (2014, p. 4669).

Assim, a pesquisa solicitada no setor de busca ocorre em dois momentos diferentes; o primeiro pelo bibliotecário — dentro da base de dados; e o segundo pelo usuário. Assim, na Ilustração 4, a seguir apresenta-se a tela de busca apresentada ao profissional da informação:

Ilustração 4 — Busca do bibliotecário na base de dados



Fonte: Zamite e Cardoso, 2014, p. 4669.

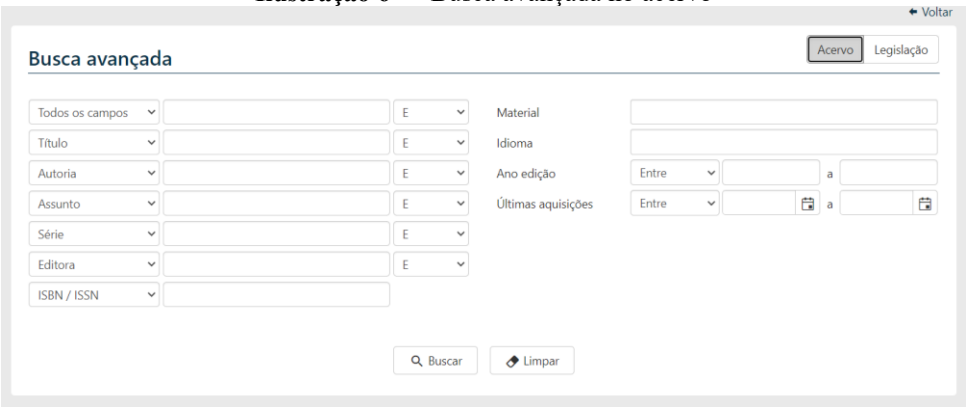
No segundo momento, o sistema se apresenta da seguinte maneira para o usuário:

Ilustração 5 — Tela do usuário

Fonte: Biblioteca TJERT/EMERJ

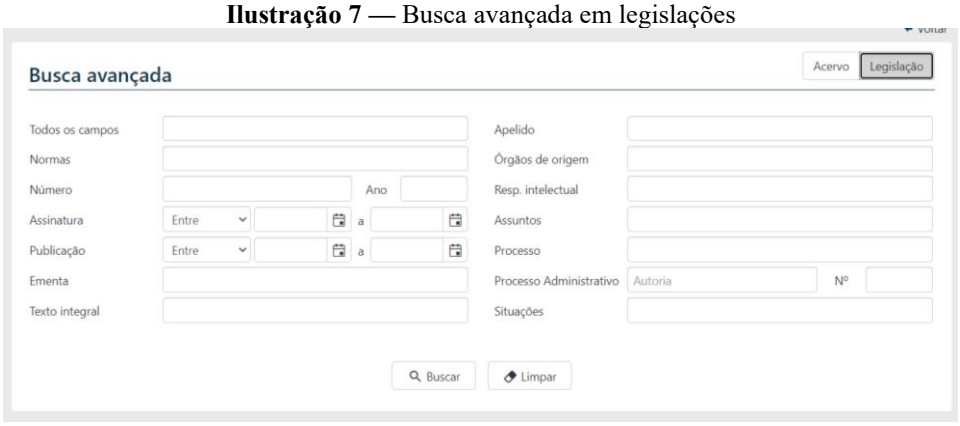
O sistema permite a pesquisa no acervo ou por legislação — em todos os campos, ou como o usuário determinar, sendo uma pesquisa por: título, autoria, assunto, série, editora, ISSN e/ou ISBN. É possível realizar uma busca avançada, tanto no acervo, como na parte de legislações, como mostram as Ilustrações 6 e 7 abaixo:

Ilustração 6 — Busca avançada no acervo



Fonte: Biblioteca TJERT/EMERJ

Ilustração 7 — Busca avançada em legislações

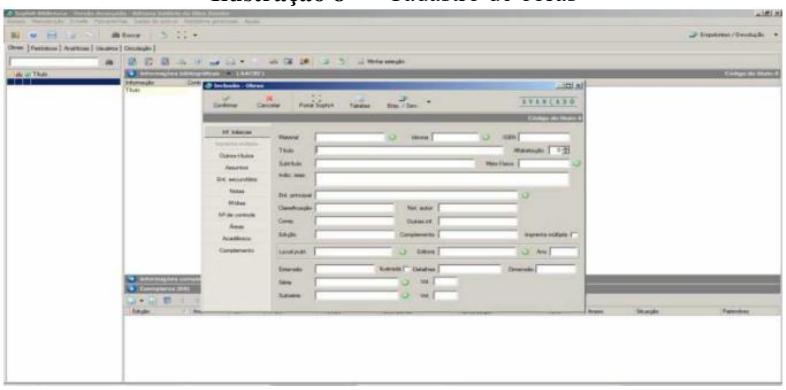


Fonte: Biblioteca TJERT/EMERJ

4.5 Cadastro de obras

O módulo de cadastramento de obras apresenta-se da seguinte forma ao bibliotecário, como exemplifica a Ilustração 8 abaixo:

Ilustração 8 — Cadastro de obras



Fonte: Zamite e Cardoso, 2014, p. 4670.

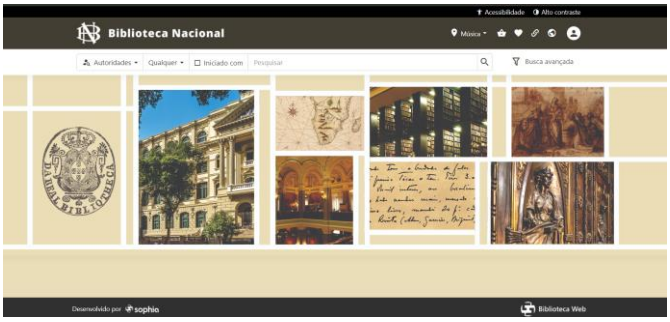
A catalogação das obras são baseadas na AACR2. Nesse mesmo módulo é possível, não só, inserir, assim como alterar e excluir uma obra — não obstante, menciona-se que o *software* "[...] conta com um auxílio na base de dados de mídias, de uma escâner para escanear a capa do livro e expor no sistema" (Zamite; Cardoso, 2014, p. 4670).

4.6 Interface do sistema e customização

O Sophia oferece interface moderna e é desenvolvido em uma linguagem simples e intuitiva, permitindo uma fácil compreensão de suas funções e utilização fácil por parte dos usuários e dos bibliotecários e, não só "é desenvolvido em linguagem Delphi, contempla todos os requisitos necessários para o processo de automação de uma biblioteca, destacando-se a manipulação completa do registro MARC-21" (Côrte *et. al*, 2022, p. 194).

Além disso, o programa oferece a possibilidade de customização, adequando o visual do *software* às necessidades da instituição (Zamite; Cardoso, 2014) — como é possível observar nas ilustrações 9 e 10, as quais mostram a interface do sistema da Biblioteca Nacional e da Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

Ilustração 9 — Biblioteca Nacional



Fonte: Biblioteca Nacional

Ilustração 10 — Catálogo ACERVUS

Fonte: Biblioteca UNICAMP

O fato do *software* Sophia oferecer a possibilidade de customização trata-se de uma ferramenta valiosa para a instituição que busca apresentar sua identidade visual — atendendo requisitos adequados de funcionalidade e estética. Além de adaptar-se às necessidades específicas de cada organização; a customização do Sophia pode relacionar-se com o aumento na satisfação e eficiência do *software* para os usuários e/ou técnicos.

4.7 Empréstimos, multas, renovações e cadastramento de usuário

O *software* também permite que as bibliotecas personalizem políticas de empréstimos, multas e renovações conforme suas necessidades específicas, proporcionando uma flexibilidade que pode faltar em outras plataformas (Zamite; Cardoso, 2014) — essa capacidade permite que as bibliotecas ajustem o *software* conforme suas demandas; o que é um aspecto que pode não estar presente em outras plataformas, tornando Sophia uma ferramenta adaptável e altamente funcional para a gestão de recursos bibliográficos.

Nesse sentido, visto o público frequentador da BJBA, elenca-se a cada tipo de usuário o seguinte período de empréstimo:

Quadro 9 — Empréstimo dos usuários

Usuários	Período de empréstimo
Legisladores	7 dias
Juízes e juristas	15 dias
Professores	10 dias
Alunos de Direito	7 dias
Público geral	4 dias

Fonte: Autores (2024)

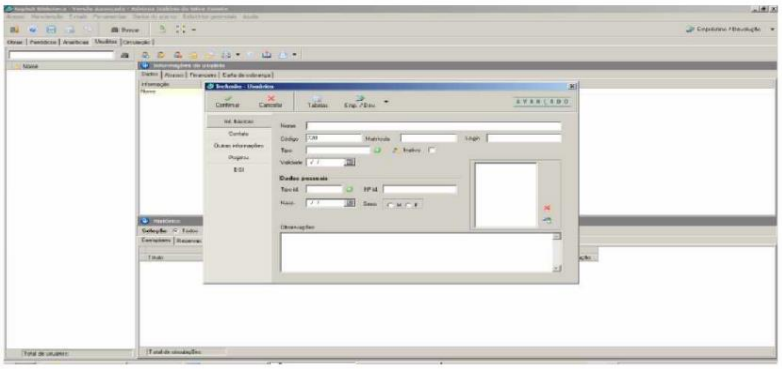
No que diz respeito as multas, passados os dias de empréstimo estipulados pelo sistema, o usuário — sendo ele da área ou não; pagará a quantia de R$ 1,00 por dia de atraso e estará impossibilitado de retirar qualquer outro título, enquanto não estiver regularizado com a instituição.

Assim, para a distinção do usuário — é necessário que haja seu cadastramento. Nesse sentido, essa tarefa é realizada da seguinte forma:

> Para cadastrar um novo usuário no Sophia, é preciso clicar no módulo Usuário. Na tela, aparece uma ficha, onde são inseridos os seus dados. A ficha de cadastro contém informações sobre identificação pessoal e logradouro do usuário. Esse cadastro é muito importante, sendo de extrema importância a veracidade das informações coletadas (Zamite; Cardoso, 2014, p. 4671).

Abaixo na Ilustração 11 — encontra-se a ficha para o cadastramento de usuários — dessa forma, a distinção do usuário é apresentada na seção “observações”; em que o bibliotecário irá informar se o usuário se trata de um professor, jurista ou se esse faz parte do público geral.

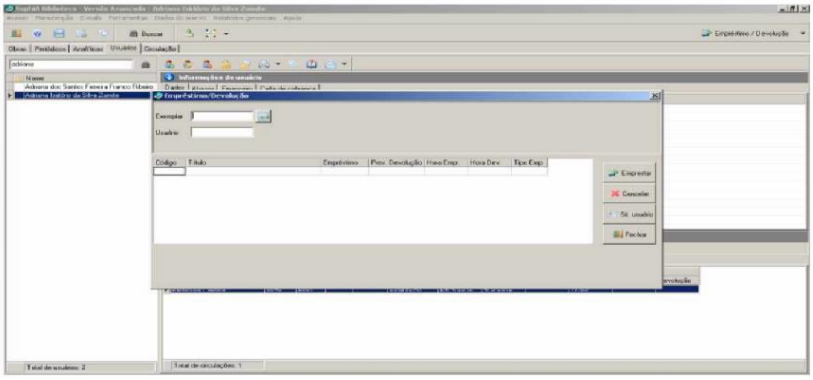
Ilustração 11 — Ficha de cadastramento de usuário



Fonte: Zamite e Cardoso, 2014, p. 4671

O empréstimo, reservas e devoluções são realizados no módulo “circulação” — bem como; a visualização e emissão de relatórios do número e situação de usuários cadastrados, obras em atraso ou situação de empréstimo (Zamite; Cardoso, 2014, p. 4672).

Ilustração 12 — Módulo de circulação



Fonte: Zamite e Cardoso, 2014, p. 4672

O *software* conta com um sistema eficaz para gerenciar empréstimos e devoluções, contando também, com funcionalidades, como; anexar fotos dos usuários e gerar comprovantes, aumentando a segurança e a organização das operações.

4.8 Sistema operacional

Côrte (2002, p. 194) apresenta que o *software* “[...] tem sua melhor performance no sistema operacional Microsoft Windows, no ambiente de rede Windows e no *software* de banco de dados MS-SQL Server” — dessa forma, o parque computacional da BJBA é composto por computadores de sistema operacional Windows, tanto para a equipe interna; quanto para o usuário.

4.9 Treinamento

Como apresentado a priori, o treinamento possui três níveis: técnico, gerencial e operacional — sendo assim, a BJBA o realizará da seguinte maneira, elencando um método específico para cada nível, portanto:

- **Nível técnico e gerencial:** os analistas de sistema da instituição e a gerência da biblioteca receberão os manuais do sistema — tanto físico quanto online; e o treinamento será realizado no período de 15 dias, podendo ser por meio de oficinas e aulas online;
- **Nível operacional:** o bibliotecário receberá o treinamento no período de quinze dias para poder ter noção dos módulos que serão utilizados pela instituição.

Por fim, torna-se preciso criar uma espécie de treinamento para o usuário da informação, sendo assim, a BJBA sugere que:

a. O bibliotecário ensine o usuário sobre o básico necessário para utilizar o sistema;
b. Que sejam oferecidas oficinas de treinamento para o uso do sistema;
c. Sejam distribuídos panfletos — guias; para que o usuário esteja a par de como acessar o acervo, realizar buscas, renovações e reservas de livros;
d. Que o usuário acesse, em suas redes sociais, tutoriais e guias publicados pelos perfis da biblioteca sobre o uso sistema.

Nesse sentido, esse processo deverá ser realizado no mês de julho, preferencialmente nas férias dos usuários; pelo fato de ser um período em que o movimento na UI está reduzido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os objetivos estabelecidos e os resultados alcançados, têm-se, então; a

necessidade de apontar as principais considerações em relação ao projeto proposto.

A implementação do *software* Sophia na Biblioteca Jurídica Borges Arrieche (BJBA) representa um passo significativo na modernização dos processos de gestão da informação — alinhando a biblioteca às melhores práticas de automação e atendendo às demandas específicas do público comum e jurídico.

Ao longo deste estudo, foi possível verificar que o Sophia — com sua robustez tecnológica e adesão a normas internacionais de catalogação, como o formato MARC, norma ISO2709 e o protocolo Z39.50; oferece soluções eficientes para o gerenciamento de acervos especializados.

A análise dos requisitos tecnológicos, alinhados à flexibilidade de customização, personalização e ao suporte técnico oferecido pela empresa desenvolvedora; deixa em evidência que o Sophia, não apenas atende às necessidades operacionais da BJBA, mas, também; contribui para a melhoria dos serviços prestados aos usuários.

A capacidade do *software* de facilitar a pesquisa, a recuperação de informações e o gerenciamento de empréstimos torna-o uma ferramenta valiosa para a biblioteca, promovendo maior eficiência e acessibilidade.

Dessa forma; a implementação do Sophia deve ser acompanhada de um planejamento cuidadoso, envolvendo treinamento contínuo para a equipe e um período de adaptação para os bibliotecários e usuários. A modernização proporcionada pela instalação desse sistema — não só, elevou o padrão de qualidade dos serviços da BJBA, bem como reforça o papel da biblioteca como uma UI indispensável para a comunidade jurídica.

Este projeto, portanto, afirmou a importância da automação na biblioteca especializada apresentada — e, como a adoção do Sophia trará benefícios significativos a longo prazo, não só para o usuário da informação, assim como para os profissionais cujo compõem a equipe da biblioteca.

REFERÊNCIAS

ACERVUS UNICAMP. https://acervus.unicamp.br/ Acesso em: 4 set. 2024.

ALVES, R. **Filosofia da ciência:** introdução ao jogo e duas regras. São Paulo: Ars Poética, 1996.

ASHWORTH, W. **Manual de bibliotecas especializadas e de serviços informativos.** Lisboa: Calouste Gilbenkian, 1967. 707 p.

BIBLIOTECA NACIONAL. https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/busca/autoridades Acesso em: 2 set. 2024.

BIBLIOTECA TJERJ/EMERJ. https://www3.tjrj.jus.br/sophia_web/ Acesso em: 2 set. 2024.

CÔRTE, A. R; *et. al*. Automação de bibliotecas e centros de documentação: o processo de avaliação e seleção de softwares. **Ciência da informação,** v. 28, p. 241-256, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/MQng5HLWDQ7YttzzVFRYDZj/ Acesso em: 29 ago. 2024.

CÔRTE, A. R. **Avaliação de softwares para bibliotecas e arquivos** : uma visão do cenário nacional. 2. ed. rev. a ampl. São Paulo: Polis, 2002. Disponível em: https://abecin.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Avaliacao-de-softwares-2.pdf Acesso em: 27 ago. 2024.

CUNHA, M. B; CAVALCANTI, C. R O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia.** Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p.

FERREIRA, P. H. E. L.; MELO, D. G. P. Biblioteca da Procuradoria da República do estado do Paraíba: um espaço aglutinador de informação jurídica. **Biblionline**, v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/viewFile/596/434 Acesso em: 27 ago. 2024.

FIGUEIREDO, N. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 7, n. 1, p. 9 - 25, jan./jun. 1979. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46747/36069 Acesso em: 21 ago. 2024.

GERALDO, G.; PINTO, M. D. S. Estudo de usuários de informação jurídica: bibliotecário e critérios de qualidade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, p. 39-60, 2019. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://www.scielo.br/j/pci/a/mN3VbjRXfSLRQmwJCtKmf4R/%3Flang%3Dpt%26format%3Dhtml&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb-ggp&ct=res&cd=0&d=17957032425686015852&ei=ThTPZu6aAs6My9YPluqIgQw&scisig=AFWwaeaNOUBNyWbz2i3GQs5RqYVX Acesso em: 28 ago. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo, SP: Editora ATLAS S. A., 2002. ISBN 85-224-3169-8.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 1994

LINS, L. M. S. **Gestão de coleções em bibliotecas jurídicas:** o caso da Biblioteca Promotora Delmita Batista Zimmermann do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. 2018. 86f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em:

Acesso em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/39909 4 set. 2024.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 80 p. Disponível em: http://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf Acesso em: 22 ago. 2024.

MIRANDA, A. C. C. de. A Política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. In: PASSOS, E. (org.). **Informação Jurídica:** teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 137-152.

OLIVEIRA, A. C. C. **Biblioteca especializada jurídica:** campo de atuação para o profissional bibliotecário. 2013. Disponível em: https://repositorioinstitucional.uniformg.edu.br:21074/xmlui/handle/123456789/204 Acesso em: 22 ago. 2024.

OLIVEIRA, R. R; CARVALHO, C. L. Implementação de Interoperabilidade entre Repositórios Digitais por meio do Protocolo OAI-PMH. **Goiânia: Universidade Federal de Goiania. Instituto de Informática**, p. 003-09, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Renan-Oliveira/publication/266459173_Implementacao_de_Interoperabilidade_entre_Repositorios_Digitais_por_meio_do_Protocolo_OAI-PMH/links/55bf3d9b08aed621de122906/Implementacao-de-Interoperabilidade-entre-Repositorios-Digitais-por-meio-do-Protocolo-OAI-PMH.pdf Acesso em: 2 set. 2024.

PARANHOS, W. M. M. R. Fragmentos metodológicos para projetos e execução de gestão informatizada de coleções de documentos e serviços em bibliotecas. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, p. 14-32, jan. 2004. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9nesp2p14/5488 Acesso em: 1 set. 2024.

PRODANOV, C; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277p. Disponível em: http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/Ebook%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf Acesso em: 24 ago. 2024.

ZAMITE, A. I. S.; CARDOSO, Antonio L. M. S. Vivências em Sistemas de Automação de Bibliotecas: BIBLIVRE e Sophia. *In:* Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, XVIII, 2014, Belo Horizonte/MG. **Anais** [...] Belo Horizonte/MG: UFMG, 2014. p. 4660-4678. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/6881 Acesso em: 31 ago. 2024.